

Gestão Integrada de Recursos Hídricos

Encontro Água e Floresta

Paulo Valladares Soares

Fundação Florestal/ SMA

FATORES SOCIOLÓGICOS PARA ADOÇÃO DE INOVAÇÕES

I. Querer: Não disposição ou desinteresse

1. Falta de confiança no técnico;
2. Descrença nos programas governamentais;
3. Risco e incertezas da atividade agrícola;
4. Alto preço dos insumos (desconhecimento da vantagem relativa);
5. Baixo nível de aspirações (conformismo);
6. Tradicionalismo;
7. Crenças e tabus (Valores e atitudes);
8. Diversificação de atividades (comércio, indústria, etc)

II. Saber: Ignorância

1. Desconhecimento das inovações

- a. Deficiência e má uso dos meios de comunicação de massa
- b. Baixo nível de escolaridade
- c. Baixa relação técnico-produtor
- d. Resistência ao associativismo
- e. Metodologia atualizada pouco abrangente (predomina assistência individual)

2. Conhecimento insuficiente da inovação

- a. Baixa relação técnico-produtor (impossibilitando a orientação e o acompanhamento sistemático ao produtor)
- b. Resistência ao associativismo
- c. Desconhecimento da vantagem relativa das inovações
- d. Insegurança do técnico
- e. Deficiente o repasse da pesquisa sobre os produtos trabalhados

III. Poder: Impotência

1. Posse e Uso da Terra

- a. Propriedades não legalizadas (documento, escritura)
- b. Renda
- c. Status socioeconômico
- d. Regime de exploração (arrendamento, parceria)
- e. Tamanho da propriedade
- f. Riscos e incertezas comerciais (preços, comercialização, adversidades climáticas, pragas e doenças, etc)

2. Condições intrínsecas da propriedade

- a. Topografia
- b. Tipos de solos
- c. Recursos Hídricos
- d. Cobertura vegetal

3. Baixo Poder Aquisitivo

4. Difícil acesso do crédito rural

5. Altos preços dos insumos modernos

A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

A existência de determinado risco ou dano ambiental (poluição do ar, contaminação hídrica, pesca predatória, aterramento de manguezais, emissões radiativas, etc), para ser compreendida em sua totalidade, deve ser analisada a partir da inter-relação de aspectos que qualificam as relações na sociedade (econômicos, sociais, políticos, éticos, afetivos, culturais, jurídicos, etc), com os aspectos próprios do meio físico-natural. Tudo isto, sem perder de vista que outras ações sobre o meio físico natural podem gerar novas conseqüências sobre o meio social. Assim, são as decisões tomadas no meio social que definem as alterações do meio físico-natural.

Deste modo, a problemática ambiental coloca a questão do ato de conhecer como fundamental para se praticar a gestão ambiental. Pela sua complexidade, a questão ambiental não pode ser compreendida segundo a ótica de uma única ciência. Segundo Porto Gonçalves (1990; p.134) "ela (a questão ambiental) convoca diversos campos do saber a depor. A questão ambiental, na verdade, diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza. Nela estão implicadas as relações sociais e as complexas relações entre o mundo físico-químico e orgânico. Nenhuma área do conhecimento específico tem competência para decidir sobre ela, embora muitas tenham o que dizer".

A necessidade que a problemática ambiental coloca de se buscar **um outro modo de conhecer**, que supere o olhar fragmentado sobre o mundo real, coloca também, o desafio de se organizar um processo de ensino-aprendizagem, onde o ato pedagógico seja um ato de construção do conhecimento sobre este mundo, fundamentado na unidade dialética entre teoria e prática. Portanto, o reconhecimento da complexidade do conhecer implica em se assumir a complexidade do aprender.

GESTÃO AMBIENTAL

Gestão ambiental é considerada como um processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre o meio físico-natural e construído, cujo objetivo é garantir o **direito** ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal. Este processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e, também, como se distribuem na sociedade, os custos e benefícios decorrentes da ação destes agentes. (Price Waterhouse – Geotécnica, 1992).

Na análise do objeto (problemática ambiental) e do espaço de atuação do agente da área de gestão ambiental fica visível a complexidade em que se reveste o exercício de suas atribuições no cotidiano. Como opera no espaço das relações entre sociedade e natureza – cujas características são determinadas pela dinâmica de um meio, o social, o que vive se transformando – elaborar e re-elaborar a sua prática profissional, a partir da realidade que atua, torna-se uma necessidade inerente ao exercício de suas atribuições. Se assumida, como verdadeira, essa afirmação deve conformar a concepção metodológica que organiza o processo de ensino-aprendizagem de qualquer programa de formação continuada de profissionais da área ambiental.

A construção do sentimento de pertencimento dos atores em relação ao processo é condição essencial e precede a capacitação, que está voltada ao atendimento das suas demandas com objetivo de proporcionar o empoderamento que subsidiara a tomada de decisão coletiva.

O fato é que os projetos ambientais devem fundamentalmente estabelecer processos participativos de ação consciente e integrada fortalecendo o sentido de responsabilidade cidadã e de pertencimento a uma determinada localidade. Afinal todos somos sujeitos da transformação individual e coletiva, não podendo haver passividade diante do mundo.

PROCESSO DE PERTENCIMENTO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO

- Identificação de grupos na comunidade
- Identificação e seleção de parceiros
- Coesão do grupo
- Capacitação técnica
- Capacitação profissional



Desenvolvimento de projetos e prestação de serviços

